

A agroindústria familiar na microrregião de Francisco Beltrão (PR)

Family agribusiness in the microregion of Francisco Beltrão (State of Paraná)
Família agribusiness in the microregion of Francisco Beltrão (State of Paraná)



Fernanda Giralde¹
Jaime Antonio Stoffe²
Jandir Ferrera de Lima³
Vanderleia Loff Laval⁴

Resumo

Este estudo traça um panorama da agroindústria familiar nos municípios pertencentes à microrregião de Francisco Beltrão — sudoeste do Paraná. Essa atividade contribui na geração de emprego e renda, como também na melhoria das condições de vida das famílias. Os resultados evidenciam a importância da agregação de valor aos produtos agrícolas por meio das agroindústrias familiares que, conseqüentemente, impulsionam o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agroindústria Familiar. Desenvolvimento Local. Êxodo Rural. Economia Rural.

Abstract

This study presents an overview of agribusiness in the counties belonging to the microregion of Francisco Beltrão, in the southwest of Paraná. This activity contributes to the generation of employment and income, but also in improving the living conditions of families. The results show the importance of adding value to agricultural products through family agribusiness, which consequently boosts the local development.

Keywords: Family Agribusiness. Local Development. Rural Exodus. Rural Economy.



- ¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Unioeste/*Campus* de Francisco Beltrão – PR. E-mail: fernandagiraldello@hotmail.com.
- ² Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste/*Campus* Toledo – PR. Professor-assistente no curso de Ciências Econômicas, Unioeste/*Campus* de Francisco Beltrão – PR. E-mail: jaimestoffel@hotmail.com.
- ³ Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec. Professor Adjunto do Colegiado do curso de Ciências Econômicas e do Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Unioeste/*Campus* Toledo – PR. E-mail: jandir@unioeste.br.
- ⁴ Bacharel em Ciências Econômicas pela Unioeste/*Campus* de Francisco Beltrão – PR – Professora Colaboradora no Curso de Ciências Econômicas, Unioeste/*Campus* de Francisco Beltrão – PR. E-mail: vanderleia4@hotmail.com.

Introdução

O final do século XX, particularmente os últimos 30 anos, foi um período significativo no que diz respeito a transformações socioeconômicas em todo o Sul do Brasil, que acabaram marcando as economias regionais. A rapidez das modificações tecnológicas e a aceleração do processo de inovação, associadas à flexibilização das formas de produção, alteraram a distribuição das atividades econômicas no espaço dos territórios tornando uns mais dinâmicos que outros e, conseqüentemente, desiguais na acumulação de capital e nos indicadores sociais (ALVES; FERRERA DE LIMA; PIFFER, 2009).

Desse modo, as diferentes formas de desenvolvimento da agricultura no Brasil levaram à formação de distintos modelos da pequena produção agrícola familiar nos mais diversos segmentos produtivos agrícolas e regiões do País. Esse desenvolvimento teve desdobramentos significativos a partir da década de 1960, principalmente como consequência do processo de modernização das atividades agropecuárias. Assim, no Sul do Brasil, em boa parte das microrregiões, ocorreu uma considerável integração vertical com as agroindústrias e o desenvolvimento de uma pequena produção agrícola familiar altamente tecnificada e mercantil.

Contudo, com o desenvolvimento da modernização na agricultura, a relativa homo-

culturas e em períodos de pousio das terras.

A necessidade de exploração intensiva das propriedades rurais exigiu a modificação das técnicas de produção, baseadas até então na rotação de

geneidade social que predominava entre a pequena produção agrícola familiar no Sul do Brasil entrou em crise. O aumento da demanda por produtos agrícolas e os novos papéis da agricultura no mercado e nas políticas governamentais estimularam a diversificação das suas formas de organização produtiva. Ou seja, a necessidade de exploração intensiva das propriedades rurais exigiu a modificação das técnicas de produção, baseadas até então na rotação de culturas e em períodos de pousio das terras (STOFFEL, 2004).

Tudo isso afetou a pequena produção agrícola familiar. Até então, produziam-se, na maior parte das propriedades rurais, além dos bens de consumo, os instrumentos de produção e os insumos intermediários, tais como rações, sementes, fertilizantes e parte dos implementos necessários. Além disso, o conhecimento técnico aplicado à agricultura campesina era resultado de experiência local, acumulada durante gerações (JOHNSTON; KILBY, 1975).

Em decorrência dessas várias mudanças no cenário das localidades e propriedades rurais, além das exigências cada vez maiores no que tange à

prática da agricultura, uma parcela significativa da população rural, em especial, os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, sentiu-se estimulada a trocar o meio rural pelos centros urbanos, caracterizando o êxodo rural (OLTRAMARI, 2005).

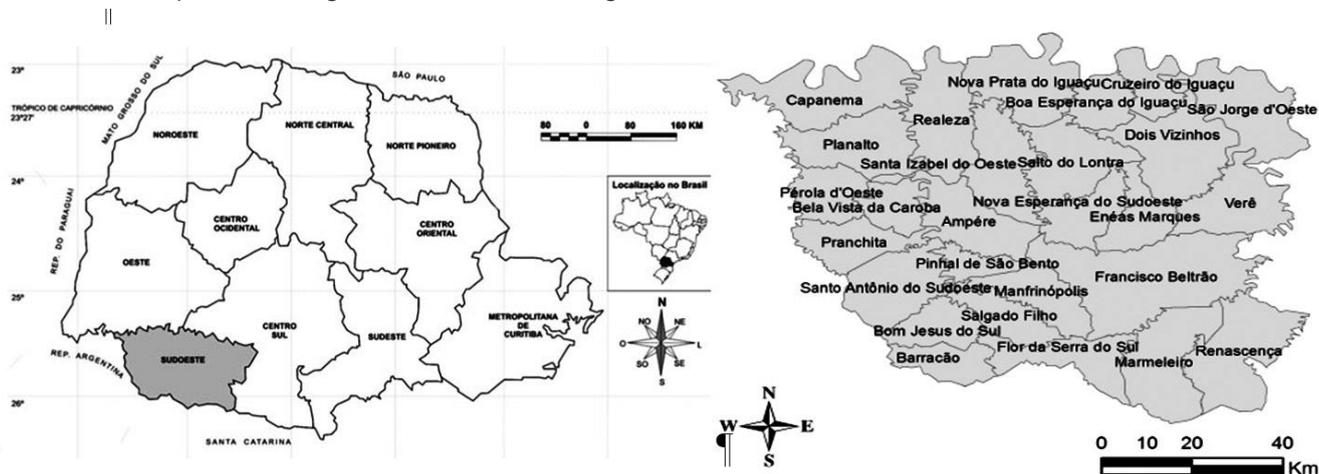
É nesse contexto que surge a necessidade de alternativas de emprego e renda para esses pequenos produtores que compõem a agricultura familiar. Entre as opções, a agregação de valor aos produtos agrícolas, por meio da implantação de pequenas agroindústrias familiares, é um instrumento para aumentar a renda das propriedades, mantendo, dessa forma, essas famílias no campo, e, conseqüentemente, participando do processo de desenvolvimento local nos municípios que comportam essas atividades.

Para tal, fez-se um estudo junto aos municípios do sudoeste do Paraná, em particular na microrregião de Francisco Beltrão. Os procedimentos metodológicos são explicados na seqüência, bem como os resultados e as discussões.

1 Procedimento Metodológico, Fonte de Dados e Caracterização

O presente estudo tomou como base a pesquisa de campo, viabilizada por meio da formulação e aplicação de questionários junto aos proprietários de agroindústrias rurais nos municípios que abrangem a microrregião de Francisco Beltrão, pertencente à mesorregião Sudoeste do Paraná. A figura a seguir mostra a localização da microrregião de Francisco Beltrão, foco deste estudo.

FIGURA 1 — Mapa de mesorregiões do Paraná e microrregião de Francisco Beltrão



FONTE: Ipardes (2012) — Base cartográfica, IBGE (2010)

Procurou-se identificar, por meio das abordagens realizadas com os produtores, se a prática agroindustrial nos municípios abrangidos pela pesquisa está de alguma forma impedindo o abandono dos moradores do campo em direção à zona urbana, bem como analisar a realidade da agroindústria familiar, as principais dificuldades enfrentadas e o papel socioeconômico que desempenha na vida das famílias agricultoras.

Dados relevantes sobre o número de agroindústrias existentes nos municípios (conforme QUADRO 1) foram coletados junto às Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura de cada município. Outras importantes informações

a respeito da atividade agroindustrial exercida na região foram buscadas em várias entidades locais, como na Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná (Agência) e na Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada do Sudoeste (Coopafi), e no Projeto de Extensão Tecnológica Empresarial, intitulado “Desenvolvimento de inovações tecnológicas dos produtos alimentícios e agroecológicos da pequena agroindústria familiar”, do programa Universidade sem Fronteiras, financiado pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SETI) e executado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

QUADRO 1 — Número de agroindústrias familiares por município na microrregião de Francisco Beltrão – Paraná

Município	Número de Agroindústrias Familiares
Barracão	4 unidades agroindustriais
Boa Esperança do Iguacu	Nenhuma unidade agroindustrial
Bom Jesus do Sul	5 unidades agroindustriais
Cruzeiro do Iguacu	1 unidade agroindustrial
Dois Vizinhos	26 unidades agroindustriais
Enéas Marques	2 unidades agroindustriais
Flor da Serra do Sul	1 unidade agroindustrial
Francisco Beltrão	54 unidades agroindustriais
Manfrinópolis	1 unidade agroindustrial
Marmeleiro	8 unidades agroindustriais
Nova Esperança do Sudoeste	Nenhuma unidade agroindustrial
Nova Prata do Iguacu	5 unidades agroindustriais
Pinhal de São Bento	1 unidade agroindustrial
Renascença	Nenhuma unidade agroindustrial
Salgado Filho	25 unidades agroindustriais
Salto do Lontra	2 unidades agroindustriais
Santo Antonio do Sudoeste	11 unidades agroindustriais
São Jorge d'Oeste	11 unidades agroindustriais
Verê	10 unidades agroindustriais
Total	167 unidades agroindustriais

FONTE: Dados primários, Giralddello (2010)

A região sudoeste do Paraná é constituída por 42 municípios, os quais demonstram ter entre si características bastante comuns, de ordens econômica, social e cultural, caracterizando-se basicamente por propriedades rurais de pequeno porte voltadas para a agricultura familiar.

1.1 Caracterização da Região Sudoeste do Paraná

Conforme dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a mesorregião do sudoeste do Paraná está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 17.060,444 km, correspondendo a 8,6% do território do estado do Paraná. Faz divisa ao sul com o oeste catarinense, a oeste com a Argentina, a leste com a mesorregião centro-sul paranaense, e a norte, sua principal fronteira é com o Rio Iguacu.

Historicamente, apesar de o movimento da população do Sudoeste ser marcado por um processo de expansão seguida de retração, a população continua dispersa no espaço regional, marcada pela agricultura familiar e um número

Atualmente, a região sudoeste do Paraná é constituída por 42 municípios, os quais demonstram ter entre si características bastante comuns, de ordens econômica, social e cultural. A região caracteriza-se basicamente por propriedades rurais de pequeno porte voltadas para a agricultura familiar, cuja renda tem papel significativo para a economia local. Tal fato se justifica pelo relevo acidentado, dificultando a mecanização da agricultura em grande escala, dando lugar, dessa forma, à agricultura manual e familiar.

Conforme dados da TAB. 1, pode-se observar que a quantidade de estabelecimentos rurais, nos quais o processo de produção está ancorado na agricultura familiar, é superior ao número de estabelecimentos rurais não familiares.

TABELA 1 — Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as unidades da Federação, mesorregiões, microrregiões e municípios

Municípios	Agricultura familiar		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Barracão	666	8.622	56	6.881
Boa Esp.do Iguaçu	525	8.833	67	4.767
Bom Jesus do Sul	703	9.491	47	7.464
Cruzeiro do Iguaçu	416	6.255	71	7.719
Dois Vizinhos	1.616	20.811	318	11.669
Enéas Marques	843	11.586	108	4.090
Flor da Serra do Sul	640	11.324	67	6.873
Francisco Beltrão	2.805	37.481	373	16.652
Manfrinópolis	643	9.396	65	12.225
Marmeleiro	1.215	19.979	189	15.567
Marmeleiro	970	15.078	87	4.575
Nova Esp.do Sud.	1.196	17.927	139	9.557
Nova Prata do Iguaçu	353	5.354	26	3.190
Pinhal de São Bento	777	13.174	145	19.076
Renascença	617	9.770	121	6.642
Salgado Filho	1.557	19.786	204	12.571
Total microrregião	19.588	277.870	2.612	188.747

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário (2006)

Nota-se que na maioria dos municípios a agricultura familiar representa mais de 50% do total da área ocupada pelos estabelecimentos rurais, chegando próximo a 90% da área em alguns municípios analisados. Francisco Beltrão,

Marmeleiro, Verê, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e Santo Antônio do Sudoeste destacam-se pelo número elevado (acima de mil) de propriedades que fazem parte da agricultura familiar.

Outro fato relevante que pode ser constatado nos dados da TAB. 1 é o tamanho médio das propriedades que fazem parte da agricultura familiar (14,19 ha), bem como a área total utilizada (277.870 ha) por esses estabelecimentos rurais, justificando o predomínio das pequenas propriedades agrícolas na microrregião de Francisco Beltrão.

Dessa maneira, ainda de acordo com dados da TAB. 1, verifica-se que a produção agrícola da

região sudoeste do Paraná, mais especificamente a microrregião de Francisco Beltrão, mantém a sua base produtiva ligada à produção familiar.

2 Caracterização da Agroindústria Familiar

Inicialmente, no período de colonização, a produção de alimentos estava principalmente destinada para o consumo das famílias. Os agricultores familiares enfrentavam sérios problemas em relação à deficiência de transportes e estradas adequadas para distribuição, bem como à ausência de um comércio eficiente para comercialização dos excedentes (TASCETTO; WALKOWICZ, 2007). A fim de assegurar o sustento e a sobrevivência da unidade familiar, as famílias passaram a praticar, juntamente com os trabalhos diários da propriedade rural, determinada espécie de indústria caseira, transformando os excedentes, mesmo de forma rudimentar, para prolongar sua vida útil. Dessa forma, deu-se origem às agroindústrias familiares.

Baseado em Bonamigo e Schneider (2007), é possível traçar algumas características comuns na maioria das unidades agroindustriais.

- As agroindústrias utilizam pouco espaço físico para a fabricação dos produtos.
- A produção das unidades agroartesanais está direcionada, sobretudo, a mercados locais.
- Os membros da família, na maioria dos casos, estão envolvidos na produção, mostrando que a mão de obra geralmente é familiar.
- Os fatores de produção são baseados

na prática agropecuária.

- Os conhecimentos agroartesanais foram adquiridos mediante experiências e práticas deixadas pelos antepassados, transmitidos e aperfeiçoados a cada nova geração.

Com o passar dos anos, o trabalho na agroindústria passou a ser encarado como alternativa de incremento de renda, possibilitando melhorias nas condições de vida, ou seja, “para o agricultor familiar o artesanato produzido auxiliava no trabalho agrícola e, muitas vezes, significava renda extra” (TASCHETTO; WALKOWICZ, 2007, p. 27).

Há dois fatores que levaram ao surgimento da agroindústria familiar: o primeiro é de ordem econômica, o qual busca agregar valor aos produtos por meio da sua transformação, geralmente de forma artesanal ou semiartesanal, quando não é cabível ao produtor comercializá-los *in natura*. O segundo fator é de ordem social, pois está associado ao desejo do produtor de permanecer no campo junto aos familiares, buscando o envolvimento de todos os membros da família na produção, até mesmo das donas de casa, as quais desempenham um importante papel dentro desse tipo de agroindústrias (RUIZ et al., 2010).

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização na qual a família rural produz, processa e/ou

transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. A agroindústria familiar rural constitui um novo espaço e em um novo empreendimento social e econômico de desenvolvimento local e de integração regional (MIOR, 2008).

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização na qual a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando à produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

Em relação ao desenvolvimento local, muitas áreas rurais têm reforçado suas ligações e coerência, focalizando seus projetos de desenvolvimento nos elementos de identidade local. Buscam identificar algo que as torne únicas, o que acaba contribuindo também para modificar a forma como os próprios habitantes enxergam a sua própria região. Além disso, o fato de se apoiarem no poder da identidade local torna os produtos dessas regiões mais desejáveis no mercado (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004).

A identidade local torna-se uma das bases centrais da economia da qualidade, capaz de projetar internacionalmente produtos regionais, conhecidos e apreciados por reunirem características objetivas (paladar, padrão estético) com traços organizacionais que lhe são sempre associados. A identidade de uma área é, portanto, composta de todas as percepções coletivas do passado dos seus habitantes, de suas tradições e seu know-how, sua estrutura de produção, sua herança cultural, seus recursos materiais, enfim, seu futuro. Essa identidade plural não é estática; ao contrário, ela pode mudar, tornar-se mais forte, modernizar-se (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004).

A discussão da integração como elemento importante no processo de desenvolvimento regional, de acordo com Ferrera de Lima (2010), exige reflexões sobre dois prismas: a primeira, a integração intrarregional, ou seja, os fatores e as mudanças econômicas e sociais que ocorrem internamente na região e fortalecem a sua coesão territorial; a segunda, a integração inter-regional, ou seja, os fatores e as mudanças econômicas e sociais que ocorrem na posição geopolítica e econômica da região em relação aos territórios vizinhos ou além das suas fronteiras. Como ambos estão atrelados a

questões sociais e econômicas, eles podem ser conduzidos de forma conjunta, pois esses prismas têm importância crucial na mudança do perfil do desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a agricultura familiar exerce papel importante, principalmente por meio das agroindústrias familiares, no uso de seus conhecimentos adquiridos com seus antepassados para a produção/fabricação de produtos que mantenham as características locais e a identidade

regional. A importância da dinamicidade da agricultura familiar não está associada apenas à produção de fibras e alimentos, também possui outras importantes funções, as quais estão associadas à segurança alimentar, aos papéis socioeconômico e ambiental e de desenvolvimento local que ela desempenha.

Além disso, de acordo com Olalde (2010), a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território. Essa distribuição privilegia a reprodução de um modo de vida local, com raízes históricas e culturais, que respeita e valoriza as necessidades da família, os relacionamentos locais, o meio ambiente, a cooperação e a criatividade.

De acordo com Ruiz et al. (2010), as unidades agroindustriais englobam desde micro a pequenos produtores, sobretudo de alimentos (moinhos, embutidos, destilados, fermentados, panificação, confeitos) de origem animal e/ou vegetal, e, em alguns casos, atividades artesanais (cestos, bordados, calçados, acolchoados, ferramentas). Esses produtos apresentam pouca sofisticação tecnológica, estão intimamente arraigados à cultura local e se destinam a diversos tipos de consumidores (RUIZ et al., 2010; TASCHETTO; WALKOWICZ, 2007).

Reforçando a ideia dos produtos característicos das

agroindústrias familiares, Batalha (1997, p. 51) afirma que eles demonstram ser “[...] essencialmente bens de primeira necessidade e de baixo valor unitário”, por esse fato, pode-se dizer que a demanda por esse tipo de produto reflete pequena variação quando o seu preço sofre um aumento, por exemplo.

São as experiências de transformação e agregação de valor aos produtos, envolvendo um número significativo de agricultores familiares, que estão na origem das chamadas agroindústrias familiares na região sudoeste do estado do Paraná, principalmente a partir de 1990. Nesse período, a agroindústria familiar rural teve que vencer vários obstáculos para se firmar como uma forma de organização da produção, processamento e industrialização de alimentos na região sudoeste.

Nesse contexto, as agroindústrias familiares despontam como uma alternativa importante na participação do desenvolvimento local, por meio da geração de emprego e renda para os agricultores familiares envolvidos nesse processo.

2.1 As Agroindústrias Familiares no Sudoeste

O ramo de agroindústrias familiares na região sudoeste do Paraná é praticado geralmente por descendentes de poloneses, alemães e italianos e está profundamente atrelado ao processo de ocupação desses povos durante a colonização da região, bem como à fixação das culturas e hábitos dos respectivos povos colonizadores ao longo dos anos (SAQUET; SANTOS, 2010).

Com referência à modalidade das agroindústrias, existem as unidades de fabricação de produtos de origem animal, as quais compreendem as agroindústrias de beneficiamento do leite, as fábricas de queijo, os abatedouros e as indústrias de embutidos, os abatedouros de frangos e suínos, as granjas de ovos, as unidades de fabricação de mel e os estabelecimentos de filetagem de peixe (de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2010).

Outras unidades de produção elaboram a transformação de produtos de origem vegetal e podem ser definidas como fábricas de açúcar mascavo e/ou melado e rapadura, vinícolas/cantinas, unidades produtoras de doces e/ou geleias, unidades fabricantes de cachaça artesanal e estabelecimentos que trabalham com polpa de frutas. Existem ainda as unidades ligadas à panificação, as

quais englobam as agroindústrias de bolachas, biscoitos, pães e massas (PREFEITURA..., 2010).

Para operar dentro das normas higiênico-sanitárias legais, as agroindústrias produtoras de alimentos de origem animal precisam ser constantemente inspecionadas e fiscalizadas por técnicos capacitados, que trabalham geralmente junto às prefeituras municipais ou ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). A fim de que os estabelecimentos

agroindustriais de produtos de origem animal pudessem passar por essas vistorias, garantindo ao consumidor um produto que siga um padrão de normas necessárias e que não ofereça riscos à sua saúde, foi criado o Selo de Inspeção Municipal (SIM).

Segundo Saquet e Santos (2010), as unidades produtivas cadastradas no SIM são delimitadas a comercializar seus produtos a nível municipal. Porém, o cadastro junto ao SIM protege as agroindústrias da concorrência das que trabalham sem o registro e, ao mesmo tempo, valoriza os produtos das unidades que possuem o selo de inspeção no momento da comercialização. Nesse caso, são considerados clandestinos os estabelecimentos agroindustriais que trabalham com produtos de origem animal e não possuem cadastro no SIM, os quais estão sujeitos a multas e recolhimento dos seus respectivos produtos.

A instituição do SIM/POA surgiu da necessidade de garantir ao consumidor que a fabricação dos produtos coloniais, muito apreciados e consumidos, cumprisse todas as normas sanitárias adequadas, visto que antes da criação do SIM era grande a quantidade de produtores que fabricavam e vendiam seus produtos sem controle algum, colocando em risco a saúde dos compradores.

Portanto, torna-se necessário que os órgãos competentes efetuem um trabalho de fiscalização e ao mesmo tempo deem orientação às unidades artesanais, para que elas possam se enquadrar nas normas sanitárias, a fim de que a produção e a comercialização de seus produtos sejam realizadas da maneira correta.

O grande desafio colocado em pauta no mundo contemporâneo é buscar alternativas capazes de enfrentar os problemas econômicos, sociais e ambientais da atualidade frente à sobrevivência da humanidade no Planeta.

Diante desse desafio, é preciso que se busquem ou se formulem novas concepções

É necessário que um projeto de desenvolvimento seja baseado no princípio da sustentabilidade. Entende-se que esta “deve compreender, no mínimo cinco dimensões: a físico-natural, a social, a cultural, a científico-tecnológica e a econômica”.

A sustentabilidade físico-natural implica a manutenção do nosso suporte de vida; a social manter e incrementa a qualidade de vida de toda a população, assim como contribui para a eliminação da pobreza e das desigualdades sociais; a cultural implica respeito às diferenças étnicas e culturais; a científico-tecnológica envolve

de desenvolvimento procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e a longo prazo, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente. Isso se dá mediante uma proposta de desenvolvimento sustentável, voltado para dentro da região (endógeno), focando principalmente o desenvolvimento humano e criando oportunidades locais de desenvolvimento.

Nesse sentido, Dallabrida (2000, p. 49) traz algumas contribuições com a finalidade de apontar aspectos do desenvolvimento regional, no sentido de sustentabilidade e de endogenização. Segundo ele, é necessário que um projeto de desenvolvimento seja baseado no princípio da sustentabilidade. Entende-se que esse princípio “deve compreender, no mínimo, cinco dimensões: a físico-natural, a social, a cultural, a científico-tecnológica e a econômica”.

a produção de bens e serviços que atendam às reais necessidades humanas; e a sustentabilidade econômica implica crescimento econômico.

Dallabrida (2000) e Buarque (2002) acreditam que alavancar o desenvolvimento de uma região, com base nos princípios da sustentabilidade e da endogenização, talvez seja a única oportunidade possível de potencializar os recursos humanos, materiais e não materiais.

O empreendedorismo endógeno e local demanda certa organização e mobilização da sociedade, a fim de buscar e explorar as suas capacidades e potencialidades próprias, caminhando para um processo autossustentável, consorciando seus conhecimentos com os recursos naturais existentes, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade (BUARQUE, 2002).

Com isso, cada região ou município deve procurar espaços de competitividade de acordo com suas condições e potencialidades, levando em consideração, principalmente, o seu entorno, e investir nos setores em que a capacidade e a vantagem locacional sejam comparativamente melhores. Ou seja, investe-se no potencial das aptidões de cada região ou município.

Assim, a partir da década de 1990, desencadearam-se na região sudoeste paranaense iniciativas voltadas à constituição de agroindústrias familiares rurais como diversificação da economia agrícola e promoção do desenvolvimento

local.

Nesse cenário, conforme Tomasetto, Ferreira de Lima e Shikida (2009), destaca-se a união de forças e recursos em novos arranjos com o objetivo de criar empregos e impulsionar o desenvolvimento local. Isso ocorre porque os produtores recebem assistência de diversas entidades governamentais e não governamentais, e essa parceria se tornou indispensável para proporcionar aos produtores maior competitividade na comercialização dos produtos, além de fomentar o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento local sustentável e a promoção da cidadania e da qualidade de vida dos produtores rurais.

3 Resultados e Análise dos Dados

Nas agroindústrias familiares pesquisadas, notou-se a predominância de algumas modalidades, como é o caso das unidades de fabricação de queijos e das agroindústrias de açúcar mascavo, melado e outros derivados da cana-de-açúcar, uma vez que cada uma representa 19,23% em relação ao total das agroindústrias entrevistadas. Em seguida, as indústrias de panificação aparecem com 15,38%, demonstrando também a forte presença da modalidade na atividade agroindustrial da microrregião.

As unidades de fabricação de embutidos e defumados, bem como as indústrias de transformação de doces e geleias, também estão entre as modalidades agroindustriais que mais se destacam no setor agroindustrial regional, representando 11,54% cada. As demais modalidades alcançaram menos de 8% cada, demonstrando, portanto, menor predominância dentro do cenário abordado.

A TAB. 2 apresenta o percentual de participação das principais atividades desenvolvidas pelas agroindústrias familiares na microrregião de Francisco Beltrão.

TABELA 2 — Principais modalidades de agroindústria familiar na microrregião de Francisco Beltrão — Paraná

Principais modalidades de agroindústrias familiares	Porcentagem
Agroindústria de leite e queijo	19,23%
Agroindústria de açúcar mascavo; melado; rapadura; garapa	19,23%
Agroindústria de panificação (biscoitos/bolachas e/ou pães e massas)	15,38%
Agroindústria de embutidos e defumados	11,54%
Agroindústria de doces e geleias	11,54%
Agroindústria de vinho e/ou vinagre	7,69%
Agroindústria de mel	7,69%
Total	100,00%

FONTE: Dados primários, Giral dello (2010)

Os dados da pesquisa também revelam os principais obstáculos encontrados quando da implantação das agroindústrias familiares. Destacam-se, por parte dos entrevistados, como principais fatores a baixa disponibilidade de recursos financeiros (27%), a ausência de mão de obra (15%), as exigências em se enquadrar nos padrões higiênicos sanitários exigidos, a formação de mercado consumidor, bem como a burocracia no momento de constituição e implantação da agroindústria (9%), a falta de experiência no ramo de fabricação de produtos agroartesanaís, as dificuldades técnicas no processo produtivo, além da inexperiência em administração de empresas (6%). Para 18% dos entrevistados, nenhuma dificuldade relevante no começo dos

trabalhos na unidade de produção foi encontrada.

TABELA 3 — Principais dificuldades encontradas pelas agroindústrias familiares da microrregião de Francisco Beltrão quanto à administração e sobrevivência no mercado

Principais dificuldades das agroindústrias	Porcentagem
Falta de mão de obra	43,33%
Clima ou entressafra	13,33%
Concorrência e/ou concorrência desleal	10,00%
Falta e alto custo de equipamentos direcionados para a pequena produção/transformação	6,67%
Falta de capital de giro	6,67%
Pouco acesso ao crédito (custeio/investimento)	6,67%
Ausência de assistência técnica profissionalizada	3,33%
Espaco físico	3,33%
Total	100,00%

FONTE: Dados primários, Giraldele (2010)

De acordo com os dados apresentados na TAB. 3, 13,33% dos entrevistados afirmaram serem os fatores climáticos e a entressafra dos produtos agrícolas as maiores dificuldades enfrentadas diariamente pela agroindústria familiar.

Quanto aos fatores climáticos, as agroindústrias de fabricação de queijos, por exemplo, de acordo com relatos dos proprietários, afirmam que, no inverno, as vacas produzem menos leite, principal matéria-prima para geração do produto, fazendo com que a produção e os rendimentos diminuam. A falta de pastos ocasionada pelos períodos de seca faz com que os animais tenham que ser alimentados com vários tipos de sais e rações, tornando mais elevado o preço dos insumos. Esse aumento é repassado para a produção e para o produto final.

As safras e entressafras também são caracterizadas como forte elemento que merece atenção dentro da agricultura, conseqüentemente, da transformação e comercialização dos produtos

agroindustriais, uma vez que a safra dos produtos agrícolas acontece em determinados períodos do ano, épocas em que os preços são mais baixos. Nas entressafras, ocorre exatamente o contrário, ou seja, por serem menos acessíveis, os produtos agrícolas tornam-se mais caros, elevando o custo da aquisição de matérias-primas por parte das unidades agroindustriais. As unidades artesanais

de transformação de frutas em doces e geleias são exemplos dessa sazonalidade.

A concorrência e/ou a concorrência desleal, a falta de capital de giro e o pouco acesso ao crédito, além dos elevados custos dos equipamentos, são apontados como algumas das principais dificuldades encontradas pelas unidades agroindustriais.

Mas, para 43,33% dos entrevistados, a principal dificuldade que as agroindústrias familiares enfrentam no dia a dia está relacionada à ausência de mão de obra. De fato, a falta de pessoas disponíveis para trabalhar nas unidades tem se tornado o principal obstáculo enfrentado pelas agroindústrias, as quais ficam subordinadas a produzir determinada quantidade, sendo que, se possuísem mais funcionários, poderiam aumentar a produção e os rendimentos.

Outro importante fator para o desenvolvimento da agroindústria familiar é a análise do mercado consumidor. Para Batalha (1997, p. 54), “conciliar uma demanda relativamente estável com uma oferta agrícola que flutua sazonal e aleatoriamente é o principal desafio da comercialização de produtos agroindustriais”.

Os principais canais de comercialização dos produtos advindos das agroindústrias familiares na área de análises são as feiras livres,

(destacando-se como o principal canal de comercialização, conforme dados da pesquisa), a venda direta ao consumidor de porta em porta ou na própria propriedade e nas cooperativas que representam o setor.

Na TAB. 4, estão contidas as principais vantagens atribuídas pelos entrevistados em relação à implantação das agroindústrias familiares.

TABELA 4 — Principais vantagens atribuídas à implantação da agroindústria familiar na microrregião de Francisco Beltrão — Paraná

Principais vantagens atribuídas à implantação da agroindústria	Porcentagem
Aumento da renda familiar e conseqüente melhoria das condições de vida da família no campo	44%
Possibilitou obter, com a venda diária ou semanal dos produtos, um acesso mais frequente aos recursos financeiros	23%
Tornou o trabalho no campo mais leve e animador	15%
Obter uma profissão satisfatória pela abertura do próprio negócio	13%
Obter uma profissão satisfatória pela abertura do próprio negócio	5%
Total	100%

FONTE: Dados primários, Giraldello (2010)

O estabelecimento da agroindústria familiar dentro das propriedades rurais não tem contribuído apenas para o aumento da renda das famílias no campo. A agroindústria tem proporcionado às famílias proprietárias melhor qualidade de vida. Atualmente, graças às inovações tecnológicas e aos rendimentos alcançados, os moradores do campo possuem um padrão de vida semelhante ao de muitas famílias que moram na zona urbana dos municípios.

Conclusão

A implantação de agroindústrias familiares na região sudoeste do Paraná, em especial na microrregião de Francisco Beltrão, tem se tornado uma prática cada vez mais frequente, visto que os pequenos agricultores buscam, por meio da agregação de valor aos produtos de origem agrícola, fontes alternativas de renda para suas famílias.

Observou-se que em todas as famílias entrevistadas houve aumento dos rendimentos após a instalação das agroindústrias familiares no estabelecimento rural. De acordo com os entrevistados, ocorreram melhorias não só no campo econômico, mas também nos aspectos físicos e sociais da família, por exemplo, a possibilidade de reformar ou mesmo construir uma nova residência, a fim de se acomodar confortavelmente, comprar um novo automóvel ou adquirir novas áreas de terras para a propriedade.

Por outro lado, pode-se deduzir que mesmo a atividade agroindustrial familiar proporcionando inúmeras vantagens às famílias agricultoras não pode ser caracterizada como principal elemento de entrave ao êxodo rural nos municípios abordados pela pesquisa, haja vista que 76% dos entrevistados afirmaram que permaneceriam no campo, mesmo com a ausência da agroindústria familiar na propriedade. Isso se dá pelo fato de a maioria dessas famílias exercer outras atividades, além da prática agroindustrial, em seus estabelecimentos, como, no caso, o cultivo de lavouras de grãos, a pecuária, a bovinocultura leiteira, a produção de

Por fim, é preciso que haja um empenho

hortaliças, entre outras.

Dessa forma, percebe-se que a instalação de agroindústrias familiares na microrregião de Francisco Beltrão está contribuindo para maior interação entre os meios rural e urbano, corroborando, nesse sentido, o desenvolvimento local, evidenciando os valores regionais e mantendo a identidade da população, por meio da aplicação de seus conhecimentos passados de geração a geração, na confecção dos produtos agroartesanais.

- Recebido em: 01/03/2012
- Aprovado em: 16/08/2012

contínuo por parte dos órgãos representativos do setor na busca de novos programas de políticas públicas nas diferentes esferas governamentais, não só no que tange ao incentivo à produção nas agroindústrias familiares, mas também nas infraestruturas básicas, como escolas, transporte, serviços, que possam motivar os produtores agroindustriais a permanecer nas suas regiões e contribuir efetivamente para que o desenvolvimento local sustentável a médio e longo prazo.



- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, UNICAMP, 1992.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO SUDOESTE DO PARANÁ. Transição agroecológica em sistemas familiares de produção: construindo desenvolvimento social, econômico e ambiental. Francisco Beltrão, 2008.
- ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. Dinamismo setorial diferenciado no oeste e no sudoeste do Paraná. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, Recife, PE, v. 3, p. 128–153, 2009. Disponível em: <www.estudosregionais.org.br>. Acesso em: 22 mar. 2012
- BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão agroindustrial. Ribeirão Preto, Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais; São Paulo: Atlas, 1997.
- BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. *Nova Economia*, Viçosa, MG, v. 14, n. 3, p. 35–70, set./dez. 2004.
- BONAMIGO, C. A.; SCHNEIDER, C. R. Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.
- BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CALLADO, A. A. C. Agronegócio. São Paulo: Atlas, 2006.
- DALLABRIDA, V. R. O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: Unijuí, 2000.
- FERRERA DE LIMA, J. Integração e desenvolvimento regional: elementos teóricos. Ideação: *Revista do Centro de Educação e Letras*, Foz do Iguaçu, PR: Unioeste, v. 12, p. 09–20, 2010. Disponível em: <www.unioeste.br/saber>. Acesso em: 12 mar. 2012
- _____ et al. Mudanças estruturais da ocupação da mão-de-obra na economia regional do sudoeste paranaense no início do século XXI. *Revista Brasileira de Gestão Urbana (URBE)*, Curitiba, v. 1, p. 137–150, 2009. Disponível em: <www.pucpr.br/urbe>.
- FRANCISCO BELTRÃO. Prefeitura. Secretaria da Agricultura, 2010. Disponível em: <www.franciscobeltrao.pr.gov.br>. Acesso EME: 23 nov. 2012.
- GIRALDELLO, F. Análise da agroindústria familiar como alternativa de entrave ao êxodo rural na microrregião de Francisco Beltrão – PR. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Francisco Beltrão, 2010.
- IBGE. Censos Demográficos, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Perfil da região geográfica do sudoeste paranaense. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em 21 maio 2012.

JOHNSTON, B. F.; KILBY, P. Agricultura e transformação estrutural: estratégias econômicas de países em desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MIOR, L. C. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., 2008, Mar Del Plata, Argentina. Anais... Mar del Plata, 2008.

OLALDE, A. R. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. 2010. Disponível em: <www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo3.htm>. Acesso em: 21 maio 2012.

OLTRAMARI, S. O administrador e a gestão de agroindústrias: desafios e oportunidades. In: SEMANA DE ADMINISTRAÇÃO E II MOSTRA CIENTÍFICA, 3., 2005, Francisco Beltrão, PR. Anais... Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

RUIZ, M. S. et al. Agroindústria familiar de Londrina-PR. 2010. Disponível em: <www.bnb.gov.br/.../Agroindustria%20Familiar%20de%20Londrina-PR.PDF>. Acesso em: 21 maio 2012.

SANTOS, R. A. dos. O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná. 2008. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/08/roselialves.pdf>. Acesso em: 21 maio 2012.

SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos. Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar: Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. 2010. Disponível em: <[www.ser.ufpr.br/geografar/Revista Geografar ISSN: 1981 - 089X](http://www.ser.ufpr.br/geografar/Revista_Geografar_ISSN_1981-089X)>. Acesso em: 21 maio 2012.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, J. G. da. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

STOFFEL, J. A. A viabilidade da agricultura familiar: formas de organização produtiva no oeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Toledo, 2004.

TASCHETTO, P. R.; WALKOWICZ, J. Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2007.

TOMASETTO, M. Z. C.; FERRERA DE LIMA, J.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema-Paraná. Interações, Campo Grandes, MS, v. 10, p. 21-30, 2009. Disponível em: <www.ucdb.br>. Acesso em: 21 maio 2012.